

Nomear para dominar:

Fronteiras discursivas em disputa na comunicação do território para a exploração de petróleo na Amazônia

Name to dominate:

Disputed Discursive Boundaries in The Communication of Territory for Oil Exploration in The Amazon

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil

Resumo

A exploração de petróleo na Amazônia extrapola o âmbito ambiental e é atravessada por disputas discursivas que legitimam racionalidades. O objetivo é analisar como os termos “Margem Equatorial” e “Foz do Amazonas” são mobilizados pela Folha de S. Paulo para compreender de que maneira eles produzem sentidos sobre o local de exploração petrolífera na Amazônia. A materialidade é composta por 154 peças jornalísticas publicadas entre 2023 e 2025, submetidas à Análise Crítica do Discurso. A escolha de um termo em detrimento de outro não se limita a uma referência geográfica, mas opera de forma estratégica na construção simbólica do território. “Margem Equatorial” foi utilizado como um dispositivo ideológico associado à racionalidade econômica, enquanto “Foz do Amazonas” foi empregado como um operador semântico ancorado na racionalidade ambiental. Considerando o alcance do enunciador, estas escolhas atuam como mediações simbólicas capazes de moldar a opinião pública e influenciar processos decisórios.

Palavras-chave: Discurso. Petróleo. Amazônia. Mídia.

Abstract

Oil exploration in the Amazon transcends the environmental sphere and is traversed by discursive disputes that legitimize rationalities. The objective is to analyze how the terms “Equatorial Margin”

and “Mouth of the Amazon River” are mobilized by Folha de S. Paulo to understand how they produce meanings about the location of oil exploration in the Amazon. The material consists of 154 journalistic pieces published between 2023 and 2025, submitted to Critical Discourse Analysis. The choice of one term over another is not limited to a geographical reference but operates strategically in the symbolic construction of the territory. “Equatorial Margin” was used as an ideological device associated with economic rationality, while “Mouth of the Amazon River” was employed as a semantic operator anchored in environmental rationality. Considering the reach of the enunciator, these choices act as symbolic mediations capable of shaping public opinion and influencing decision-making processes.

Keywords: Discourse. Oil. Amazon. Media.

Introdução

A crise climática deixou de ser compreendida a partir de uma perspectiva técnica, apenas vinculada majoritariamente às ciências ambientais. Além de ser um fenômeno físico, ela consolidou-se como uma questão central para a comunicação, pois também é uma crise de sentidos. A linguagem assume um papel estratégico na construção de responsabilidades, percepção de riscos, (des)legitimação de projetos, futuros possíveis e nomeação territorial (Nisbet, 2009). Os discursos não apenas descrevem a realidade climática, mas atuam como prática social que a produz e a torna inteligível no espaço público (Cox, 2013).

A emergência ecológica está imersa em um contexto marcado pela concorrência entre discursos proferidos por diversos segmentos – estatal, privado e midiático – que disputam legitimidade na definição e nas causas e soluções para o seu enfrentamento. O jornalismo exerce papel central na compreensão pública das questões climáticas, pois funciona como instância de mediação simbólica (Girardi, 2025) que participa ativamente na construção hegemônica do assunto. No Brasil, a Folha de S. Paulo (FSP) ocupa papel de destaque no debate público sobre pautas ambientais.

Entre essas disputas está o aquecimento global, que tem como seu principal impulsionador a queima de combustíveis fósseis, cuja exploração ainda é o cerne estruturante de diversos projetos geopolíticos (International Institute for Sustainable Development, 2024). Embora a comunidade científica já tenha indicado a necessidade de transição energética rumo às energias renováveis (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2011), novas frentes de exploração seguem sendo legitimadas discursivamente. No Brasil, a Amazônia tem sido projetada como a nova fronteira energética, devido à descoberta de áreas destinadas à extração petrolífera (Barros Filho; Carmona; Zalán, 2021).

A exploração de petróleo na Amazônia tem sido objeto de diversas pesquisas. Algumas abordam impactos sociais (Mattos *et al.*, 2019), riscos ambientais (Firmiano, Teixeira, Passos, 2025; Ferraz, Viegas, 2025), benefícios econômicos (Santos, Sessa, 2024) e enquadramentos midiáticos (Mangas, Silva, 2024; Vicentini, 2025a; Vicentini, 2025b). Apesar desses avanços científicos, ainda há lacunas no que diz respeito à dimensão simbólica, sobretudo ao papel da linguagem jornalística na nomeação de territórios associados à extração petrolífera na Amazônia.

Ao analisar os termos “Foz do Amazonas” e “Margem Equatorial” como marcadores da localização da exploração de petróleo, este trabalho desloca o debate da perspectiva ambiental em si para processos de significação que produzem legitimidades. Parte-se do pressuposto de que a nomeação é compreendida como uma prática discursiva performativa, atravessada por relações de poder simbólico, interesses e disputas hegemônicas (Bourdieu, 1989; Fairclough, 2008) que contribuem para a construção de realidades territoriais concorrentes sobre a exploração petrolífera na Amazônia. O território deixa de ser um dado fixo e passa a ser entendido como uma construção discursiva em permanente disputa.

A pergunta disparadora deste artigo é: como os topônimos “Margem Equatorial” e “Foz do Amazonas” são mobilizados para (des)legitimar a exploração de petróleo na Amazônia? Para responder a essa questão, o objetivo geral foi analisar como os termos “Foz do Amazonas” e “Margem Equatorial” são mobilizados nos discursos da FSP para compreender de que maneira essas categorias produzem sentidos sociais, políticos e regulatórios a partir da Análise Crítica do Discurso.

Comunicação, linguagem, território e petróleo na Amazônia

Os meios de comunicação de massa, também conhecidos como mídia hegemônica (Loose, 2021), têm papel multifacetado na compreensão da crise climática (Girardi, 2025). Definem prioridades, silenciam controvérsias, hierarquizam fontes, mediam dados científicos e políticos para a sociedade e criam, reforçam ou questionam narrativas, contribuindo ativamente no que pode e como pode ser integrado ao debate público. Analisar a linguagem utilizada nessa arena revela como a questão climática é construída no plano simbólico. O campo jornalístico possui legitimidade nesse contexto, pois tem o poder de organizar percepções públicas a partir de capital simbólico. Para 68% dos brasileiros, o jornal é o meio mais seguro para se obter informação (Braga, 2025). Isso se deve ao fato de ele ser baseado na apuração de dados a partir de fontes (Schmitz, 2011), pela contextualização da informação (Alves, Menezes Neto, Costa, 2020) e por ser um mecanismo de combate a desinformação (Organização das Nações Unidas, 2019).

No Brasil, a FSP ocupa espaço privilegiado nesse campo por sua reputação e audiência (Folha de S. Paulo, 2024). Somado a isso, a relevância também está atrelada a sua linha editorial, que indica interesse em pautas ambientais. Em 2025, o enunciador alterou o seu slogan para “um jornal em defesa da energia limpa”, com a justificativa de que “a transição energética é um dos principais caminhos para combater a crise do clima, uma pauta que ganha ainda mais relevância [...] quando o Brasil sedia a COP30” (Folha de S. Paulo, 2025). Essa mudança editorial pode ser entendida como uma estratégia que articula alinhamento às pautas globais e mediação especializada em temas ambientais, sobretudo ao que se refere às questões energéticas.

Embora cientistas apontem a urgência de uma transição energética orientada pelas fontes renováveis e pela redução da dependência de combustíveis fósseis (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2011), observa-se a permanência e até a ampliação de novas frentes de exploração petrolífera, legitimadas por meio de operações discursivas. No contexto brasileiro, a Amazônia tem sido construída simbolicamente por meio de marcadores de valorização econômica que a colocam como disponível, estratégica e necessária ao desenvolvimento nacional no contexto de produção petrolífera. Ela tem sido caracterizada como o “novo pré-sal” e como “nova fronteira de exploração de petróleo” (Instituto Brasileiro de Petróleo, 2024).

O interesse na Amazônia se deve ao fato de ela ser detentora de 871 blocos de petróleo mapeados, sendo que 78% deste montante estão em fase de estudo, e os demais já foram concedidos para a exploração (Coalizão Energia Limpa, 2024). O foco está na “Margem Equatorial” (área oceânica entre o Amapá e o Rio Grande do Norte), que engloba cinco bacias sedimentares, que juntas, têm potencial para produzir 1.106 milhão de barris de petróleo por dia (Instituto Brasileiro de Petróleo, 2024). A primeira bacia a ser explorada em águas profundas (2.880 metros) é a “Foz do Amazonas”, localizada entre o Amapá e o Pará (Instituto Brasileiro de Petróleo, 2024).

“Margem Equatorial” e “Foz do Amazonas” emergem como categorias discursivas que produzem significados territoriais diferentes para delimitar a exploração de petróleo na Amazônia, embora sejam utilizados como sinônimos. A noção de território aqui empregada não se restringe à delimitação física e administrativa de determinados espaços, mas compreende-o como uma construção social do ponto de vista simbólico. Os territórios são constantemente reconfigurados e nomeados, o que os legitimam ou os questionam (Acselrad, 2004).

Nomear um território é um ato de poder simbólico, pois é algo que vai além da descrição e impõe determinada visão de mundo. Esse tipo de poder age por meio da capacidade de fazer ver e fazer crer,

naturalizando classificações que ocultam sua arbitrariedade e produzem efeitos reais de dominação (Bourdieu, 1989). No debate sobre a exploração de petróleo na Amazônia, a mobilização de diferentes topônimos atua como estratégia discursiva capaz de reorganizar fronteiras simbólicas, legitimar projetos e deslocar controvérsias socioambientais no espaço público.

Esta pesquisa parte da compreensão de que a linguagem não apenas reflete a realidade, mas atua ativamente na sua constituição, especialmente em contextos de disputa política, econômica e ambiental. O discurso jornalístico aqui é entendido como uma prática social atravessada por relações de poder, interesses institucionais e disputas por legitimidade (Fairclough, 2008).

Nessa perspectiva, o discurso é um espaço de produção e circulação de ideologias, entendidas como sentidos que se tornam naturalizados e contribuem para a manutenção ou contestação de determinadas relações sociais. As escolhas terminológicas selecionadas pela mídia — como a mobilização de topônimos diferentes para nomear um mesmo território — são práticas discursivas que podem ser resultado de disputas hegemônicas mais amplas e que são capazes de produzir efeitos sociais, políticos e regulatórios, influenciando a maneira como o local de exploração petrolífera na Amazônia é entendido, legitimado ou questionado no debate público.

A compreensão do território para a exploração de petróleo na Amazônia não é algo fixo no tempo e meramente físico no espaço. Trata-se de uma construção social e política que é atravessada por sistemas de significação intencionais que mudam com o decorrer do tempo. A nomeação do território é resultado de mediações que ultrapassam suas características e coordenadas geográficas, e o organizam a partir de interesses e estratégias específicos (Raffestin, 1993). Um mesmo território é disputado por atores e racionalidades distintas, o que é materializado no plano discursivo (Haesbaert, 2004). A legitimação ou os riscos de determinado empreendimento — como a exploração de petróleo — são socialmente construídos e comunicados tendo a linguagem um papel central nessa arena (Acselrad, 2004).

Análise Crítica do Discurso

Este estudo aplicou os pressupostos da Análise Crítica do Discurso para investigar como a localização da exploração de petróleo na Amazônia está em disputa a partir do uso dos topônimos “Margem Equatorial” e “Foz do Amazonas”. O discurso é um recurso empregado para transmitir conhecimento, para organizar instituições e para exercer poder (Pedrosa, 2008). Ele é “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2008).

Neste artigo, a Análise de Discurso Crítica é operacionalizada a partir do modelo tridimensional que contempla elementos (a) textuais, de (b) prática discursiva e de (c) prática social, os quais são compreendidos e investigados de maneira interligada (Fairclough, 2008). Embora cada dimensão seja composta por diversos indicadores de análise, esta pesquisa utilizou aqueles que contribuem para que o objetivo geral seja alcançado, portanto, o modelo foi adaptado para o presente artigo.

A análise textual foca nas características linguísticas do texto, ou seja, como o vocabulário é usado para construir significados. A pergunta norteadora é: como a escolha das palavras molda a compreensão sobre a exploração de petróleo na Amazônia? A prática discursiva se preocupa com aspectos de produção discursiva, isto é, quem são os agentes envolvidos e como influenciam na compreensão do discurso. A questão disparadora é: quem são as vozes ouvidas e silenciadas na cobertura do tema em tela, e qual é a intenção dessas fontes? A prática social implica em analisar como o mundo é significado por discursos que alicerçam ideologias. A indagação a ser respondida é: como o discurso contribui para a manutenção ou transformação do contexto político, econômico, social e ambiental sobre o petróleo na Amazônia?

A coleta dos dados ocorreu na base digital da Folha de S. Paulo. Esse enunciador foi selecionado por ser uma mídia multiplataforma, por sua audiência impressa e digital e pelo alinhamento de seu slogan a pautas energéticas, conforme apresentado. O recorte temporal abrangeu janeiro de 2023 a dezembro de 2025 (36 meses). Esse período corresponde a acontecimentos importantes que fizeram com que o tema se transformasse em pauta. Em 2023, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou pela primeira vez o licenciamento ambiental para a Petrobras (Moliterno, Noberto, 2025). Daquele momento até o início de 2025, o Ministério de Minas e Energia atacou publicamente o órgão ambiental, visando a pressioná-lo a liberar o licenciamento (Instituto Humanitas Unisinos, 2025). Esse embate entre a pasta ambiental e a energética fez com que parte do governo se mobilizasse para criar a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil (Agência Senado, 2025). Ainda em 2025, o Ibama concedeu à Petrobras a licença de operação para fase exploratória no bloco FZA-59.

A materialidade de análise é composta por 154 publicações (entrevistas, notícias e reportagens) do jornal sobre a exploração de petróleo na Amazônia no período. Para compor a amostra, o material deveria ter uma dessas palavras-chave no título: “Foz do Amazonas” ou “Margem Equatorial”. Isso foi estabelecido para que o tema central da publicação fosse a exploração de petróleo na Amazônia. O idioma selecionado foi o português, porque material em espanhol ou inglês repetia conteúdos já publicados.

A estratégia econômica da “Margem Equatorial” e o simbolismo ambiental da “Foz do Amazonas”

O discurso jornalístico molda percepções territoriais e têm poder para influenciar políticas públicas sobre os mais variados temas, inclusive a respeito da exploração de petróleo. “Margem Equatorial” e “Foz do Amazonas” são utilizados pela FSP para nomear a área que é objeto de interesse para a extração de petróleo em águas profundas na Amazônia. Embora tenham relação entre si, não são sinônimos, e o uso de um em detrimento de outro tem implicações de cunho político, econômico, ambiental e social, os quais foram analisados na amostra.

Nas publicações analisadas na FSP, o termo “Margem Equatorial” teve 300 ocorrências, enquanto “Foz do Amazonas” apareceu 808 vezes, correspondendo, respectivamente, a 27,1% e 72,9% do total de menções registradas. Em grande parte das peças jornalísticas, observou-se o uso intercalado dessas duas expressões, indicando uma sobreposição conceitual do ponto de vista territorial no tratamento do tema. No entanto, em 48 conteúdos — equivalente a 31% da materialidade analisada — foi empregado exclusivamente o termo “Foz do Amazonas”, sem qualquer referência a “Margem Equatorial”.

A utilização de “Margem Equatorial” para denominar uma área visada para a exploração de petróleo é uma estratégia de representação discursiva presente nas publicações da FSP que atua na construção de sentidos, orientando a interpretação do leitor para determinadas significações (Fairclough, 2008). Essa nomeação territorial interfere na maneira como a questão é percebida, pois a linguagem não apenas descreve o território, mas também molda percepções sobre ele (Hansen, 2018).

A “Margem Equatorial” refere-se à faixa litorânea situada em uma área que vai do estado do Amapá ao estado do Rio Grande do Norte. Esta província geológica possui mais de 2.200 km² e é composta por cinco bacias sedimentares: Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar (Instituto Brasileiro de Petróleo, 2024). O uso de “Margem Equatorial” pelo enunciador faz com que a área seja caracterizada como ampla e mesmo não específica. Isso se deve ao fato da sua extensão territorial, tanto em termos de tamanho (mais de dois mil quilômetros) quanto de abrangência geográfica (várias bacias sedimentares localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil). A ausência de uma coordenada faz com que a área seja projetada simbolicamente como afastada de territórios, distante das pessoas e desvinculada de questões ambientais.

“Margem Equatorial” é um vocábulo de origem no latim. “Margem” é a junção de *margo* e *marginis*, que significa borda, limite ou extremidade (Cunha, 2010) e é sinônimo de faixa ou zona que delimita um espaço. “Equatorial” é resultado de *aequatorialis* e *aequator*, que corresponde à linha imaginária próxima

ao Equador que divide a Terra nos hemisférios Norte e Sul (Cunha, 2010). Na geografia, “Margem Equatorial” é usado para caracterizar áreas de transição entre o continente e o oceano e, na geologia, é empregado para nomear um conjunto de bacias sedimentares.

O topônimo “Margem Equatorial” não é popularmente conhecido. É uma denominação técnico-científica que passou a integrar o noticiário devido ao retorno da pauta da exploração de petróleo na Amazônia. Nesse deslocamento do campo científico para o midiático, o termo não é apresentado de maneira detalhada e passa a operar como uma designação genérica, que não é automaticamente associada à Amazônia. A maneira vaga como é empregado pode gerar confusão e até desinformação acerca da localização da extração de petróleo.

A FSP, ao projetar o espaço dessa maneira, promove uma tentativa de apagamento da vinculação da exploração de petróleo às questões socioambientais subjacentes à Amazônia. Essa atenuação de riscos distancia a atividade econômica da natureza e reduz a percepção pública dos impactos ambientais (Hansen, 2018). Simultaneamente, essa construção discursiva causa uma desterritorialização simbólica, pois esvazia o espaço de pessoas, vínculos sociais e histórias, apresentando-o como um território funcional. “Margem Equatorial” é transformado em símbolo de espaço supostamente vazio e afastado, dissociado de agentes sociais e ecossistemas (Haesbaert, 2004), o que contribui para a ocultação dos possíveis riscos, conflitos e impactos socioambientais associados que não cabem na lógica capitalista (Santos, 2002).

“Margem Equatorial” é empregada pela FSP para exaltar discursos baseados em aspectos econômicos, sobretudo àqueles relacionados a produção de energia e desenvolvimento nacional. Dessa maneira, o território é reduzido a um suporte físico para a circulação de capital (Haesbaert, 2004). Nesse contexto, a exploração de petróleo é produzida discursivamente pelo enunciador como uma atividade estratégica capaz de ampliar a produção do óleo no Brasil, impulsionar a exportação, garantir soberania energética, compensar a queda produtiva do pré-sal, desenvolver o país, atrair investimentos e gerar empregos e impostos. Essa produção discursiva se alicerça em expressões que reforçam a perspectiva positiva do empreendimento, como: “nova fronteira exploratória do país”; “importância de novas fronteiras para assegurar a segurança energética”; “aumentar a produção de petróleo no país”; “o Brasil precisa de novas reservas para não se tornar importador de petróleo na próxima década”; “atendimento à demanda global por petróleo”; “solução para renovar as reservas brasileiras com o início do declínio da produção do pré-sal”; “desenvolvimento da Margem Equatorial”.

Na FSP, “Margem Equatorial” assume um caráter técnico e é uma denominação apropriada por sujeitos e instituições que se posicionam a favor da exploração do petróleo. A seleção de determinadas fontes (Schmitz, 2011) evidencia um processo de legitimação discursiva, no qual elas são reconhecidas como autoridades (Fairclough, 2008). As vozes dominantes que foram consideradas pelo enunciador são representantes de Petrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Relações Exteriores e Agência Nacional do Petróleo, membros da Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil e o presidente do Brasil.

Os agentes sociais identificados representam o Estado, portanto com autoridade legitimada por boa parte da sociedade. A força desse posicionamento institucional pode enfraquecer mobilizações contrárias àquilo que é defendido por esse grupo. Essas vozes em destaque revelam uma interdiscursividade (Fairclough, 2008) entre o discurso jornalístico da FSP, o discurso técnico da Petrobras e o discurso econômico-desenvolvimentista do Estado. Essa articulação reforça uma leitura tecnocrata e hegemônica sobre a exploração de petróleo na Amazônia.

As estratégias em focar em um espaço que não é claramente delimitado, distanciá-lo da Amazônia, ocultar impactos socioambientais e exaltá-lo do ponto de vista técnico e econômico a partir de fontes oficiais que representam o Estado e especialistas (Schmitz, 2011) em petróleo indicam um esforço para legitimar o empreendimento. Dessa maneira, a FSP tende a reduzir a percepção de risco sobre o tema, pois as controvérsias ficam silenciadas. Esse aparato discursivo pode influenciar especialmente parte da população brasileira que desconhece ou que está indecisa sobre a extração de petróleo na Amazônia, o que pode contribuir para uma diminuição de uma possível resistência social frente à atividade.

O uso de “Margem Equatorial” pela FSP está alinhado aos preceitos da racionalidade econômica. Ela é “regida pelo valor de troca, pela eficiência produtiva e pela maximização do lucro, ao custo da destruição dos valores de uso da natureza e da despossessão dos saberes tradicionais” (Leff, 2001, p. 46). Esta racionalidade prioriza o crescimento econômico ilimitado e considera os recursos naturais como infinitos. Ao não integrar economia (exploração de petróleo) ao meio ambiente (Amazônia), a atividade econômica é considerada com uma solução rápida para o crescimento do país, o petróleo é projetado como abundante e sustentável, e os impactos socioambientais são desconsiderados nas peças jornalísticas analisadas.

A FSP ao optar pelo uso de “Foz do Amazonas” em suas publicações, não apenas oferece uma alternativa à expressão “Margem Equatorial”, mas traz consigo uma prática discursiva específica atravessada

por disputas hegemônicas na nomeação do território. Considerando que o discurso constrói realidades (Fairclough, 2008) esta escolha reconfigura a percepção de seus leitores sobre a exploração de petróleo na Amazônia, direcionando-a para os potenciais riscos da atividade para pessoas e ecossistemas em um ambiente marcado por sua relevância socioambiental.

Esse deslocamento discursivo de um território abstrato e técnico (“Margem Equatorial”) para um território socialmente conhecido e delimitado (“Foz do Amazonas”) é um exercício de poder simbólico (Bourdieu, 1989). Isso se deve ao fato de que essa versão da realidade favorece interpretações que enfatizam sentidos sociais e de vulnerabilidade, como veremos a seguir.

A área denominada de “Foz do Amazonas” engloba integralmente o litoral do Amapá e parte do Pará. Ela faz parte do extremo noroeste da Margem Equatorial, pois é uma de suas bacias sedimentares. A “Foz do Amazonas” ocupa 283 mil km² (Agência Nacional do Petróleo, 2021) e está inserida em um território marcado por dinâmicas socioambientais específicas (Ab’Sáber, 2003). Diferentemente de denominações técnicas mais amplas, a referência à Foz do Amazonas remete a um espaço geograficamente delimitado e socialmente reconhecido, associado a ecossistemas sensíveis e a populações que dependem diretamente desses ambientes.

O vocábulo “foz” tem origem no latim *faux* e *faucis* (abertura estreita) e, na adaptação para o português brasileiro contemporâneo, passou a significar o ponto onde um rio desemboca em outro corpo d’água (Houaiss; Villar, 2009). Na geografia, “foz” refere-se a uma zona de transição ambiental na qual ambientes fluviais, marinhos e costeiros se articulam, concentrando elevada biodiversidade e dinâmicas ecológicas, sedimentares e hidrológicas complexas. “Amazonas” foi o nome atribuído pelos europeus ao rio que nasce na Cordilheira dos Andes e deságua no Pará. No período colonial, indígenas guerreiras foram descritas exoticamente como amazonas, em referência à mitologia grega que assim denominava mulheres fortes que viviam próximas aos corpos d’água, o que inspirou o batismo do rio (Cascardo, 2012). Então, “Foz” é o lugar onde um rio deságua, e “Amazonas” é onde isso acontece. Essa transição ambiental que o topônimo nos revela reforça que os possíveis riscos provenientes da exploração de petróleo na Amazônia são multiescalares, pois não se restringem a um ecossistema único.

Ao usar “Foz do Amazonas” para denominar a região de interesse para extração de petróleo, a FSP oferece à sua audiência uma localização mais específica, ou seja, mais delimitada, sobretudo quando se comparada ao uso de “Margem Equatorial”. Essa definição geográfica é mais popular e acaba aproximando

o público do debate sobre o petróleo, uma vez que associa diretamente a atividade a um território reconhecido por sua sociodiversidade, biodiversidade e relevância ecológica. Remetendo o local explicitamente à Amazônia, o discurso da FSP ativa repertórios compartilhados com seus leitores, deslocando o debate técnico abstrato para um espaço vivido e concreto.

Além de ser a maior floresta tropical do planeta, Amazônia é um vocábulo conhecido mundialmente (Cruz, 2009). Isso se deve à sua relevância ecológica, cultural e mística, ao interesse científico e turístico, além da própria cobertura midiática nacional e internacional que historicamente a tem legitimado como símbolo ambiental (Vicentini, 2013). Ao mobilizar esse termo, o discurso jornalístico da FSP potencializa a visibilidade do debate ambiental e dificulta a dissociação entre exploração de petróleo e seus possíveis impactos socioambientais.

Considerando que o rio Amazonas fica na Amazônia, símbolo ambiental, a FSP, ao utilizar “Foz do Amazonas”, apresenta uma percepção de risco, contribuindo para a problematização pública do tema (Hansen, 2018). A palavra “Foz” sugere a conexão entre terra e mar, e pode reforçar que acidentes com petróleo afetam ecossistemas marinhos, terrestres e comunidades. Essa perspectiva traz consigo um senso de preocupação ambiental e pode suscitar posicionamentos contrários àquela atividade, uma vez que ela iria na direção contrária à proteção do meio ambiente e de seus povos.

Entre as referências mais presentes na amostra analisada para reforçar essa perspectiva negativa sobre o empreendimento destacam-se: “graves riscos associados, como a ocupação desordenada do território”; “impactos negativo nas comunidades locais”; “contaminação de organismos”; “comunidades costeiras que vivem da pesca seriam afetadas”; “unidades de conservação, terras indígenas, mangues e grande biodiversidade”; “frear o uso de combustíveis fósseis para combater as mudanças climáticas”; “um acidente ali poderia ser uma catástrofe do ponto de vista ambiental”; “a meta de explorar petróleo na Foz do Amazonas gera contradição e preocupação no ano em que o Acordo de Paris celebra uma década”.

No contexto de mudanças climáticas, no qual a queima de combustíveis fósseis contribuiu para o aquecimento global, a transição energética é uma necessidade. Isso significa deixar de utilizar as fontes poluentes e priorizar energias renováveis, como hidrelétrica e eólica. A sustentabilidade é uma meta planetária que consta em diversos acordos internacionais, como o Acordo de Paris e Agenda 2030. As conferências climáticas que abordam questões socioambientais, como a Conferência das Partes (COP) realizada no Brasil em 2025, também têm indicado a insustentabilidade do uso do petróleo. Portanto, o

vocábulo “Foz do Amazonas” reforça o apelo ambiental e indica a controvérsia entre a preservação da Amazônia e os interesses econômicos que defendem a extração petrolífera.

“Foz do Amazonas” é utilizada majoritariamente em discursos que descaram aspectos negativos da exploração de petróleo, ou seja, que a associam à destruição da Amazônia. O enunciador operacionalizou esse posicionamento a partir da apresentação de elementos de cunho social e ambiental. O primeiro foi abordado considerando os conflitos que a atividade petrolífera pode trazer para a região, impactos na saúde da população e a violação de direitos humanos que dizem respeito à ausência de consulta prévia da parte interessada às comunidades. O segundo caracteriza a região como uma área sensível, sobretudo em virtude da biodiversidade local e da existência de áreas protegidas que estariam em risco em caso de vazamento de petróleo. O jornal também relacionou a extração petrolífera à intensificação das mudanças climáticas.

No período pesquisado, “Foz do Amazonas” indicou na FSP um caráter mobilizador em prol da sustentabilidade. É apropriada por sujeitos e instituições que se posicionam com cautela ou contra a exploração de petróleo. As fontes dominantes que se baseiam em dados técnicos e científicos para se posicionar com prudência, considerando aspectos sociais e ambientais, são representantes do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente. Aqueles que se declaram como desfavoráveis ao empreendimento são povos indígenas, população local, especialistas, Organizações Não Governamentais e Ministério Público Federal. Esses atores compartilham um olhar crítico à exploração petrolífera, baseado em impactos que podem afetar comunidades e ecossistemas. Além dos argumentos técnicos e científicos, há um apelo emocional que pode sensibilizar a população para pressionar o Estado a desistir desse empreendimento.

O uso de “Foz do Amazonas” pela FSP dialoga com o conceito de racionalidade ambiental, que “propõe uma nova lógica de produção, fundamentada em princípios ecológicos, na equidade social e na diversidade cultural” (Leff, 2001, p. 30). Esta racionalidade busca superar a fragmentação entre ambiente e economia, a partir do reconhecimento dos limites ecológicos e de uma visão integrada entre sociedade, saberes, capital e natureza, os quais devem ser pautados pela sustentabilidade. Nesse contexto, a Amazônia é um ecossistema vital para o equilíbrio climático. Portanto, a exploração de petróleo deve considerar os limites do bioma para não que ele não seja comprometido.

Considerações finais

A opção pelo uso dos termos “Margem Equatorial” e “Foz do Amazonas” pela FSP não é meramente um indicador geográfico. A escolha de um em detrimento de outro é estratégica e revela uma orientação

discursiva do enunciador para produções simbólicas distintas do território. “Margem Equatorial” é um dispositivo ideológico que defende a extração de petróleo com base em argumentos de cunho financeiro, produtivo e desenvolvimentista, ou seja, alinhados à racionalidade econômica. “Foz do Amazonas” é um operador semântico amparado nos riscos que a atividade pode trazer para o ambiente e para a sociedade, aproximando-se de uma racionalidade ambiental, enfatizando impactos sociais e ecológicos. Embora os termos sejam frequentemente empregados como sinônimos no discurso jornalístico analisado — muitas vezes coexistindo em uma mesma peça —, observa-se que “Foz do Amazonas” assumiu maior centralidade narrativa, demonstrada por sua frequência significativamente superior ao longo do *corpus*.

A dualidade semântica identificada na FSP revela tensões entre as perspectivas tecnocrática e ambiental que atravessam o debate sobre a extração petrolífera na Amazônia. Considerando o amplo alcance da FSP e sua legitimidade social, a escolha discursiva do enunciador opera como uma mediação simbólica capaz de contextualizar o tema, moldar a opinião pública, mobilizar a sociedade (seja a favor ou contra), influenciar processos de decisão e formulação de políticas públicas sobre o tema.

Ao evidenciar a maneira como a linguagem jornalística contribui na ênfase ou atenuação de riscos associados à exploração de petróleo na Amazônia, em um contexto marcado pela crise climática e pela necessidade transição energética, este trabalho reforça a centralidade do discurso na compreensão de temas ambientais contemporâneos. A análise concentrou-se em um jornal brasileiro (FSP), dentro de um recorte temporal específico (2023 a 2025), e privilegiou a nomeação territorial como eixo central do discurso. Portanto, os resultados devem ser considerados dentro dessas escolhas analíticas. Espera-se que este artigo estimule investigações futuras que ampliem a materialidade, que considerem outros períodos e que articulem demais disputas discursivas em processos de legitimação territorial ambiental.

Juliana de Oliveira Vicentini

Doutora e mestra em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), com dois pós-doutorados também pela USP, e especialista em Jornalismo Científico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Atua nas áreas de comunicação ambiental e divulgação científica.

Piracicaba, São Paulo, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9031-6679>

E-mail: ju_vicentini@yahoo.com.br

Referências

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **Bacia da Foz do Amazonas**. 2021. Disponível em: www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/arquivos/sg/foz-amazonas.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.
- AGÊNCIA SENADO. Criada Frente Parlamentar de Petróleo na Margem Equatorial. Agência Senado, 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/20/criada-a-frente-parlamentar-de-petroleo-na-margem-equatorial>. Acesso: 9 mar. 2025.
- ALVES, Fabrício Germano; MENEZES NETO, Elias Jacob; COSTA, Wagner Franklin. Responsabilidade civil do jornalista e do meio de comunicação no qual desempenha sua atividade profissional. **RED**, v. 1., n. 38, p. 239-261, 2020.
- BARROS FILHO, Antônio Karlos Dias; CARMONA, Ricardo Gabbay; ZALÁN, Paulo Victor. **Nota técnica sobre a margem equatorial brasileira: um novo “pré-sal” no arco norte do território brasileiro?** [s. l.], 2021.
- BRAGA, Alex Jorge. Pesquisa aponta que veículos tradicionais têm mais credibilidade. **Globo**. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/03/28/pesquisa-aponta-que-veiculos-tradicionais-tem-maiscredibilidade.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2012.
- COALIZÃO ENERGIA LIMPA. **Regressão energética**. 2024. Disponível em: <https://arayara.org/wpcontent/uploads/2024/06/Relatorio-Coalizao-Energia-Limpa.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025
- COX, Robert. **Environmental Communication and The Public Sphere**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2013.
- CRUZ, Valter do Carmo. A “ambientalização” e “etnização” das lutas sociais pela terra na Amazônia: novas agendas, novos agenciamentos político-territoriais. *In: Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 12, 2009, Montevideú, **Anais...** Montevideú: EGAL, 2009.
- CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2008.
- FERRAZ, Daniel Amin; VIEGAS, Paulo Roberto Alonso. **A exploração de hidrocarbonetos na foz do Amazonas: risco ou oportunidade**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2025.
- FIRMIANO, Frederico Daia; TEIXEIRA, Paula Maria Rattis; PASSOS, Amabile Maria de Moura. Do petróleo ao petróleo e os riscos socioambientais na Bacia da Foz do Amazonas. **Serv. Soc. Soc.**, v. 2. n. 148, p. 1-23, 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Circulação da Folha passa a ser verificada pela PWC. **Folha de S. Paulo**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/circulacao-da-folha-passa-a-ser-verificada-pela-pwc.shtml>. Acesso em: 10 out. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Folha renova campanha em defesa da energia limpa. **Folha de S. Paulo**, 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/02/folha-renova-campanha-em-defesa-da-energialimpa.shtml>. Acesso em: 10 out. 2025.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. A responsabilidade do Jornalismo Ambiental na formação cidadã em tempos de emergência climática. **Diálogos, Soberania e Clima**, v. 4, n. 1, p. 6-19, 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Renewable Energy Sources and Climate Change Mitigation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Carbon Minefields: Oil and gas exploration is surging to pre-Covid levels**. 2024. Disponível em: https://www.iisd.org/articles/press-release/carbon-minefields-oil-gas-exploration-surging-pre-covid-levels?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO. **Margem Equatorial**. 2024. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/media/21a-margem-equatorial.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

HANSEN, Anders. **Environment, media and communication**. London: Routledge, 2018.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. MME critica Ibama por demora em marca reunião sobre a Foz do Amazonas. 2025. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/649647-mme-critica-ibama-por-demora-em-marcareuniao-sobre-a-foz-do-amazonas>. Acesso em: 30 nov. 2025.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 44, n. 2, p. 1-18, 2021.

MANGAS, Laiza; SILVA, Alan Milhomem da. Vozes do petróleo: análise dos discursos da Agência Pública e Sumaúma sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas. In: 22º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2024, Belém. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2024.

MATTOS, Carlúzi; MANRIQUE, Johnny; XAVIER, Paulo; CORDEIRO, Idelcleide; ALVES, Rodrigo. Análise sociopolítica, econômica e ambiental da exploração de petróleo nas comunidades da foz do rio Amazonas. **Terceira Margem**, v. 5, n. 13, p. 1-15, 2019. DOI: 10.36882/2525-4812.2019v5i13p%p.

MOLITERNO, Danilo; NOBERTO, Cristiano. Técnicos do Ibama recomendam negar licença a Petrobras na Margem Equatorial. **CNN**, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/tecnicos-do-ibama-recomendam-negar-licenca-a-petrobras-na-margem-equatorial/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

NISBET, Matthew C. Communicating climate change: why frames matter for public engagement. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 51, n. 2, p. 12-23, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Jornalismo, fake news e desinformação**. Brasília: UNESCO, 2019.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise crítica do discurso: do linguístico ao social no gênero midiático**. Aracaju: Editora UFS, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Bruno Novai Matias; SESSA, Celso Bissoli. Impacto econômico da extração de petróleo e gás na Margem Equatorial no Brasil. **BRSA**, v. 7, p. 1-20, 2024.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

VICENTINI, Juliana de Oliveira. **O discurso ambiental da TV: a Amazônia do "Globo Repórter"**. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.

VICENTINI, Juliana de Oliveira. Petróleo na Foz do Amazonas: enquadramentos sociais, econômicos e ambientais na pauta da mídia. **Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, v. 22, n. 48, p. 88-102, maio-ago. 2025a.

VICENTINI, Juliana de Oliveira. A exploração de petróleo na Foz do Amazonas na imprensa. *In*: 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2025, Campinas, **Resumos...** Campinas, Intercom, 2025b.

Recebido em 7 de janeiro de 2026.

Aprovado em: 9 de março de 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.